



PODER

Congresso volta e põe governo contra parede

Pautas de interesse do Executivo (MP da reoneração, Reforma Tributária e derrubada de vetos) exigirão negociação e paciência

» DENISE ROTHENBURG

Deputados e senadores retomam as atividades no próximo dia 5 pressionados pelas bases eleitorais para derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Orçamento da União para este ano. Além disso, terão que decidir o destino da medida provisória da reoneração da folha de salários e a regulamentação da Reforma Tributária. Na última semana, entrou no rol de assuntos prioritários para os parlamentares o debate de uma emenda constitucional que imponha limites às operações da Polícia Federal (PF) que envolvam detentores de mandato parlamentar.

Com tantas polêmicas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), volta uma semana mais cedo para acertar a reabertura dos trabalhos. A Constituição fixa 2 de fevereiro como a data de início dos trabalhos, mas o Congresso decidiu contrariar o texto constitucional e “enforçar” a próxima sexta-feira. E como na semana seguinte é véspera de carnaval, muitos sequer virão a Brasília. Assim, os líderes terão mais tempo para acertar o passo deste semestre crucial para a aprovação das propostas mais urgentes.

A relação entre o governo e o Parlamento começa trunca da neste 2024 eleitoral. Os parlamentares consideraram um desrespeito a edição de uma medida provisória sobre a reoneração da folha de salários. A briga é mais pela forma como

tudo feito. O Congresso havia aprovado uma lei, o presidente vetou e os congressistas derrubaram o veto. Mas, em vez de acatar a decisão do Parlamento e negociar uma alternativa, o governo editou uma MP sobre matéria vencida, o que foi considerado uma “afrenta” ao Parlamento. Para a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto da desoneração, o Palácio do Planalto não pode resolver no “canetaço”, sem conversar com os partidos.

Há a pressão para que a MP seja devolvida ao Executivo, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), conversou com Fernando Haddad e afirmou que o governo editaria nova MP, tirando a reoneração do texto. Mas o ministro da Fazenda pretende ir para a negociação.

Cobranças

Paralelamente ao tema, há uma cobrança dos prefeitos aos parlamentares com relação aos recursos das emendas que Lula vetou, desrespeitando, em parte, o acordo fechado com os líderes na Comissão Mista de Orçamento. O Ministério do Planejamento avalia o que será possível retomar, mas os deputados sabem que o governo quer dar prioridade ao Programa de Aceleração do Crescimento e apenas às emendas que estiverem relacionadas ao PAC. Os prefeitos que concorrerão à reeleição em outubro querem as emendas e a liberação neste

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Pacheco assegurou que Haddad remeteria uma nova MP sobre a reoneração da folha. Ministro não garantiu isso e avisou que quer negociar

semestre — conforme cronograma vetado por Lula.

“Em alguns municípios, parece que a eleição é na semana que vem. Os prefeitos querem o cronograma para liberação das emendas, a fim de não ficarem à mercê do Poder Executivo federal”, adverte o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator

a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano.

Outros temas que entram na agenda do Congresso neste ano é o reforço à autonomia do Banco Central (BC). A ideia é transferir a fiscalização da instituição para o Congresso e não deixá-la a cargo do Conselho Monetário Nacional (CMN). O governo,

porém, não admite a mudança — e já sabe que o tema se tornará moeda de troca.

Quanto às restrições das operações da PF em gabinetes do Congresso, muitos acreditam que haverá uma união de forças com os bolsonaristas. Afinal, quando se trata de busca e apreensão no local de trabalho,

todos querem evitar exposições e constrangimentos

A lista de temas espinhosos para o governo inclui, ainda, a regulamentação da Reforma Tributária. As frentes parlamentares do Empreendedorismo (FPE) e do Agro (FPA) têm reuniões marcadas para discutir o tema e adiantaram que criarão dificuldades.

Evangélicos irritados: nova barreira a transpor

» HENRIQUE LESSA

A Frente Parlamentar Evangélica promete tirar o sossego do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a partir da retomada das atividades parlamentares. No centro do descontentamento da FPE está o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) da Receita Federal, que possibilita a cobrança dos 20%, a título de contribuição patronal previdenciária, sobre valores recebidos por líderes religiosos das igrejas.

A medida coloca o governo entre o esforço de reduzir incentivos tributários e a necessidade de se aproximar dos evangélicos, que vêm, majoritariamente, se posicionando contra Lula. A ADI gerou um ruído tão grande que, antes do fim do recesso, Haddad e o secretário-geral da Receita, Robinson Barreirinhas, convidaram representantes da FPE — incluindo o presidente, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) — para discutir o assunto.

“É muito ruim ter sido suspensa (a isenção) sem diálogo com o segmento religioso ou com o Congresso. Mas quem garante o direito (de isenção) é a lei, e ela permanece vigendo”, disse Silas ao *Correio*. Para o deputado, não existe a possibilidade de haver a cobrança, pois as igrejas gozam de imunidade tributária e, independentemente da decisão da Receita, isso seguirá valendo.

Preconceito

O encontro, porém, não acalmou a FPE — alguns dos seus

integrantes disseram que a reunião com Haddad não foi com o grupo, mas apenas com alguns parlamentares evangélicos. Entre os integrantes da frente, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) tem sido uma das vozes críticas ao governo, ao qual acusa de promover uma “perseguição ao povo evangélico”. Ele disse ao *Correio* que elaborou um pedido de convocação de Haddad para dar explicações sobre as reiteradas “fake news”, conforme definiu, que tem divulgado.

“O ministro está querendo fazer uma politização que não vem de uma questão técnica. Quer colocar na conta de Bolsonaro, e pior, na conta dos pastores. É fake news o que está fazendo, não há nenhum benefício para os pastores. A decisão da Receita só servia para evitar multas indevidas. Ele demonstra preconceito. Se fossemos respeitados pelo governo, teríamos sido consultados antes dessa medida”, disparou Sóstenes.

O parlamentar questionou a liderança de Silas Câmara e a ida à reunião com Haddad. E ressaltou que, no próximo dia 7, um correligionário, o deputado Eli Borges (PL-TO), assume a presidência da FPE. Com essa nova direção, o grupo, “deixa ser orientado por um parlamentar que está na base do governo”. “Quem criou e inventou o problema foi o governo, não nós”, desafiou.

Para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), fundadora da FPE, as igrejas devem, sim, ser beneficiadas pela isenção fiscal, como definido na Constituição.

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Mas, para ela, isso não se estende aos líderes religiosos, que devem pagar impostos como qualquer cidadão.

“Isso está em Mateus 17, na

Bíblia. Os impostos sempre foram pagos, desde Moisés. Certa vez, chegaram para Jesus e perguntaram se era lícito pagar a Cezar. Jesus pediu a moeda e



Está em Mateus 17. Os impostos sempre foram pagos, desde Moisés. Temos o dever de pagar impostos. Todo mundo faz isso e não acho que seja uma coisa injusta”

Benedita da Silva, deputada (PT-RJ) e evangélica



(Haddad) está querendo fazer uma politização que não vem de uma questão técnica. Demonstra preconceito. Se fossemos respeitados, teríamos sido consultados”

Sóstenes Cavalcante, deputado (PL-RJ) e evangélico

perguntou de quem era a cara na moeda. Lhe disseram que era Cezar. Ele disse: ‘Dê a Cezar o que é de Cezar e dê a Deus o que é de Deus. Enquanto cidadãos, temos

o dever de pagar impostos. Pagamos em cima do salário que recebemos. Todo mundo faz isso e não acho que seja uma coisa injusta. Pagar impostos sobre o salário do pastor é uma coisa; pagar imposto sobre as arrecadações da igreja, isso é tributação, já que pagamos impostos com os nossos salários”, explicou.

Parte dos evangélicos contesta a possibilidade de exigir o pagamento da contribuição previdenciária patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de 20% do salário, sobre os valores recebidos das igrejas pelos líderes religiosos como forma de subsistência. Esse valor é conhecido como prebenda (no meio evangélico) e cóngrua (no católico). A questão é se o ganho seria salário.

Segundo o governo federal, estudos apontam que a equiparação desses valores a salário injetaria no caixa da União até R\$ 300 milhões por ano. Líderes evangélicos dizem que a cobrança é indevida, pois atuam como autônomos e recolhem os tributos dessa forma. Mas, como prestam esses serviços usualmente, e sempre para a mesma organização, a Receita entende que os valores são uma forma de salário.

A ADI alterou uma norma de 2022 — que beneficiava as igrejas ao estabelecer que as prebendas não poderiam ser tratadas como salário pela Receita. A medida do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas não a julgou.